



**Congresso de Inovação e Pesquisa
CONIP 2022**

MANUAL DE ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CONIP 2022

**UNAÍ-MG
2022**

Congresso de Inovação e Pesquisa - CONIP 2022
Rua Rio Preto, nº 422 – Bairro: Centro
Unaí-MG – CEP: 38.610-084 – Tel.: (38) 3676-6222
www.factu.br

Diretor Geral

Prof. Me. Adalberto Lucas Capanema

Equipe Editorial - Versão 2022

Prof^a Ma. Cláudia Aparecida Machado
Prof^a. Dra. Juliana Lacerda Machado
Prof^a. Ma. Lidiane Campos dos Santos

Editoração e Revisão

Prof^a. Dra. Juliana Lacerda Machado

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	04
2 NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CONIP 2022.....	05
2.1 NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE PÔSTER.....	05
2.2 NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE RESENHA.....	09
2.3 NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE RESUMO EXPANDINDO.....	13
2.4 NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHO COMPLETO.....	20
APÊNDICE 1 – MODELO OFICIAL DE SLIDE CONIP 2022.....	31

1 APRESENTAÇÃO

O presente Manual tem como objetivo apresentar as normas para publicação de trabalhos no **IV Congresso de Inovação e pesquisa – CONIP 2022**.

O tema do IV Congresso de Inovação e pesquisa – CONIP 2022 é “**A pesquisa e a educação em tempo de mudanças**”.

No CONIP serão aceitas pesquisas das áreas agrárias, humanas e sociais. O evento ocorrerá nos dias 26, 27 e 28 de maio de 2022 e aceitará as seguintes modalidades de trabalhos para publicação: pôster (pesquisas em andamento ou concluídas, resumo), resenha, resumo expandido e trabalho completo. Já as modalidades de apresentação serão: comunicação oral, mesa temática, oficinas e palestras.

O prazo para inscrição e submissão de trabalhos é:

- 05/05/2022 para participantes fora da FACTU (estudantes, docentes e comunidade em geral);
- 12/05/2022 para participantes da FACTU (docentes e discentes da instituição).

Em vistas às modificações realizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) este manual também está sujeito a alterações, pois sua elaboração baseia-se nos seguintes documentos: NBR 6023 – Referências (novembro/2018); NBR 6024 – Numeração progressiva (2003); NBR 6027 – Sumários (2003); NBR 6028 – Resumos (2003); NBR 10520 – Citações (2002); NBR 14724 – Apresentação de trabalhos (2011). Caso haja conflito entre o conteúdo das normas e referências o acadêmico deverá decidir pelo exposto no Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

A seguir são apresentadas as normas para publicação no **CONIP 2022**.

2 NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CONIP 2022

A seguir apresentam-se as normas para elaboração e exemplos de trabalhos para o CONIP 2022.

Ressalta-se que serão aceitas as seguintes modalidades de trabalhos para publicação: pôster (pesquisas em andamento ou concluídas, resumo), resenha, resumo expandido e trabalho completo. Já as modalidades de apresentação serão: comunicação oral, mesa temática, oficinas e palestras.

A versão final do trabalho deve ser enviada ao professor orientador, este ficará responsável em encaminhá-la ao coordenador do curso. Os trabalhos devem seguir todas as normas apresentadas neste Manual e os autores devem por conta própria fazer uma profunda revisão textual. Para que o trabalho seja publicado, ele precisa seguir todas as normas metodológicas, gramaticais, de formatação e respeitar o tema do evento “**A pesquisa e a educação em tempo de mudanças**”.

A FACTU não se responsabiliza pela revisão textual dos trabalhos recebidos para publicação.

2.1 NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE PÔSTER

O **pôster** destinado à apresentação de pesquisas em andamento, pesquisas concluídas ou resumos deverá ter **1 página** e constar título (centralizado) e autor(es) (nota de rodapé - máximo quatro). O texto do pôster, contendo entre 350 e 450 palavras, deve iniciar na segunda linha abaixo das palavras-chave, sem adentramento de parágrafo, em letra Times New Roman, corpo 12, com espaçamento simples.

- Tamanho do papel: A4 (210 x 297 mm), com orientação retrato, margens superior, inferior, esquerda e direita de 25 mm.
- Espaçamento simples entrelinhas.
- Não numerar a página.
- Não haverá notas de rodapé, com exceção para a identificação dos autores.
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12 no corpo do texto; para identificação dos autores, tamanho 10.
- O(s) nome(s) do(s) autor(es) deve(m) ser separado(s) do título por dois espaços simples (duas vezes ENTER).

A seguir é apresentada a estrutura do pôster.

Título - em letras maiúsculas, negrito e centralizado, deve ser claro e conciso, permitindo pronta identificação do conteúdo do trabalho. Caso o título se prolongue além de dois pontos esse deve ser sem caixa baixa e sem negrito (subtítulo). O espaçamento entre linhas será simples.

Autores - O número de autores deve ser o mínimo possível (**quatro no máximo**), sendo considerados como tal apenas as pessoas que tiveram participação efetiva no trabalho, em condições de responder pelo mesmo integralmente ou em partes essenciais. Os nomes dos autores devem vir acompanhados de identificação em nota de rodapé: titulação e instituição pertencente e devem estar dois espaços abaixo do título, com recuo à direita, seguidos dos respectivos números-índice que irão identificar os autores na nota de rodapé.

Palavras-chave - (três no máximo) escritas com apenas a inicial maiúscula e separadas por

ponto final. Para resumo não é necessário a especificação de palavras-chave.

Texto – O texto do pôster deverá privilegiar as seguintes informações: apresentação do tema, problemática, objetivo geral e específicos, justificativa, metodologia, síntese das partes que constituem o trabalho, e conclusão. O texto do pôster, contendo entre 350 e 450 palavras, deve iniciar na segunda linha abaixo das palavras-chave, sem adentramento de parágrafo, em letra Times New Roman, fonte 12, com espaçamento simples.

Referências - devem incluir apenas as mencionadas no texto aparecendo em ordem alfabética e na segunda linha abaixo do texto finalizado. Evitar citações de resumos, trabalhos não publicados e comunicação pessoal. As referências seguem as normas da ABNT (2018).

A seguir apresenta-se um exemplo de pôster.

IV Congresso de Inovação e Pesquisa - CONIP 2022

RESUMO PROJETO DE TCC II

ROCHA, Lorrany Martins da¹
MACHADO, Juliana Lacerda²

Palavras-chave: Leitura e escrita. Práticas de ensino. Pandemia.

A leitura e a escrita são práticas essenciais e presentes nos novos caminhos a serem percorridos pelo educando. Considerando o cenário pandêmico, nota-se que a leitura pode ser uma companheira a fim de aguçar a imaginação das crianças e também para que elas não se esqueçam da interação existente no âmbito escolar. Nessa perspectiva, a presente pesquisa teve como intuito buscar respostas para a seguinte problemática: Quais as práticas de ensino de leitura e escrita utilizadas no 5º ano do Ensino Fundamental I nos anos de 2020-2021, durante a pandemia da covid-19? Para responder tal questionamento, determinou-se como objetivo geral: identificar as práticas de ensino de leitura e escrita utilizadas no 5º ano do Ensino Fundamental I nos anos de 2020-2021, durante a pandemia da covid-19. Para simplificar o percurso até o objetivo geral, foram definidos como objetivos específicos: conceituar leitura e escrita; descrever o histórico do processo de alfabetização e letramento de crianças no Brasil; conhecer os diferentes métodos de alfabetização; abordar as práticas pedagógicas de leitura e escrita no Ensino Fundamental I; entender o processo de ensino diante da pandemia da covid-19; e, apresentar as competências e habilidades que segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são necessárias para o domínio da leitura e escrita no 5º ano do Ensino Fundamental I. Essa pesquisa justifica-se devido à importância das práticas de ensino de leitura e escrita para o processo educacional das crianças, além dos inúmeros problemas existentes no Brasil relacionados a essas esferas, como, por exemplo, a má colocação do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e o quantitativo de estudantes brasileiros que zeraram a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A metodologia a ser utilizada terá como base a pesquisa teórica e empírica. Será uma pesquisa de abordagem qualitativa e tipo exploratório, e, serão utilizadas as fontes primária e secundária. O instrumento para a geração de dados será o questionário, aplicado a professoras atuantes no 5º ano do Ensino Fundamental I de quatro instituições de ensino, sendo duas da rede municipal e duas da rede privada, todas localizadas no município de Unaí-MG. Os dados serão analisados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). O trabalho será dividido em duas partes. Na primeira, apresentará o referencial teórico. Na segunda, terá a pesquisa empírica, representada pela análise e discussão dos resultados, que está em andamento e será concluída ainda no primeiro semestre de 2022.

REFERÊNCIA

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

¹Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

²Professora Dra. do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

IV Congresso de Inovação e Pesquisa - CONIP 2022

RESUMO

CRUZ, Júlia Alice Rodrigues da³
MACHADO, Juliana Lacerda⁴

Apresenta-se a seguir um resumo do capítulo 4 do livro “Introdução ao Estudo do Direito” do autor Ferraz Júnior. Segundo Ferraz Júnior (1988) só é possível falar de uma conceituação dogmático-analítica de norma, de uma forma genérica e imprecisa. Porém, mais importante que a sua conceituação são as classificações de normas.

As normas classificam-se conforme critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos. Critérios sintáticos classificam as normas pela sua relevância, subordinação e estrutura. Quanto à relevância em primários e secundários. Primitivamente, dizia-se que as normas primárias estabeleciam um preceito para a ação e as secundárias as que previam a sanção. De acordo com a subordinação, pode-se distinguir entre as normas-origem e normas-derivadas. Sendo respectivamente as primeiras de uma série, e as demais que remontam à norma-origem. A estrutura distingue-se entre normas autônomas e normas dependentes. As primeiras têm por si sentido completo. As segundas exigem combinação entre outras.

Dentro dos critérios semânticos leva-se em conta, o âmbito de validade das normas, reportando-se aos destinatários, à matéria, ao espaço e ao tempo. Pelos destinatários classificam-se as normas gerais e individuais. A matéria da norma corresponde à *facti species*. Pode ser abstrata, na forma de um tipo ou categoria genérica, ou pode ser singular, numa forma excepcionada. Outro critério semântico é o espaço ou o limite espacial de incidência da norma. Por último, o critério do tempo. Esse fator afeta a vigência das normas.

Fala-se, então, em normas de validade permanente e provisória ou temporária. A permanência diz respeito ao tempo de cessação da vigência e não ao tempo de início. Por fim, normas de incidência imediata e de incidência mediata. As normas de direito processual têm incidência imediata. E outras normas, mediata.

Os critérios pragmáticos são distinguidos pela força de incidência, finalidade e funtor. Por força de incidência entende-se o grau de impositividade da norma. Veja o critério da finalidade. Existem normas que têm por finalidade disciplinar diretamente. São normas de comportamento ou de conduta. O terceiro critério pragmático, a distinção pelo funtor. Termo que vem da lógica. Pode-se dizer que o uso do funtor relaciona-se ao problema da liberdade.

REFERÊNCIA

FERRAZ JUNIOR, T. S. Dogmática analítica ou a ciência do direito como teoria da norma. *In: FERRAZ JUNIOR, T. S. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação.* São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 4, p. 123-132.

³ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

⁴ Professora Dra. do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU.

2.2 NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE RESENHA

A **resenha** deverá ter entre **2 e 5 páginas** e constar título (centralizado) e autor(es) (nota de rodapé - máximo cinco). O texto da resenha deve iniciar na segunda linha abaixo da referência, com adentramento de parágrafo, em letra Times New Roman, corpo 12, com espaçamento simples.

- Tamanho do papel: A4 (210 x 297 mm), com orientação retrato, margens superior, inferior, esquerda e direita de 25 mm.
- Espaçamento simples entrelinhas.
- Não numerar a página.
- Não haverá notas de rodapé, com exceção para a identificação dos autores.
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12 no corpo do texto; para identificação dos autores, tamanho 10.
- O(s) nome(s) do(s) autor(es) deve(m) ser separado(s) do título por dois espaços simples (duas vezes ENTER).

O gênero textual resenha representa um tipo de texto usado para descrever e /ou analisar outra produção textual, tais como obras literárias, livros, filmes, documentários, álbuns musicais, peças teatrais, etc.

Para publicações no CONIP serão aceitos dois tipos de resenha:

- **Resenha descritiva:** o autor da resenha apenas descreve e correlaciona informações acerca do tema ou livro resenhado. Não há espaço para a opinião do autor nesse texto, sendo, portanto, uma composição informativa.
- **Resenha crítica ou opinativa:** esse tipo de resenha também descreve e correlaciona informações de uma obra ou assunto, e o autor também apresenta teses, argumentações a respeito do tema abordado, tem-se, portanto, um texto informativo-argumentativo.

A seguir são apresentadas as partes constituintes da resenha.

Quadro 1- Partes constituintes da resenha

Título e subtítulo	O primeiro elemento textual da resenha será o título do trabalho, centralizado em caixa alta e em negrito. Caso o título se prolongue além de dois pontos esse deve ser sem caixa baixa e sem negrito (subtítulo). O espaçamento entre linhas será simples. Geralmente, usa-se como título, somente: RESENHA.
Autoria	O número de autores deve ser o mínimo possível (cinco no máximo), sendo considerados como tal apenas as pessoas que tiveram participação efetiva na elaboração da resenha; os nomes dos autores devem estar dois espaços abaixo do título, com recuo à direita, seguidos dos respectivos números-índice que irão identificar os autores na nota de rodapé.
Referência	Após a autoria da resenha, coloca-se a referência do texto resenhado. Para a realização da referência é obrigatório seguir as normas da ABNT (2018).
Partes Estruturais da Resenha	
Introdução	A introdução é a parte que contextualiza o material que deu origem à resenha. Destaca-se a obra e objetivos da resenha. A resenha pode ser introduzida com informações diretas sobre o título, autoria, data de produção e outros dados técnicos da obra, por meio de uma avaliação geral, bem como por comparação com outras obras ou contextualizações, pode ainda ser apenas uma descrição do texto original.
Desenvolvimento	Corresponde a uma descrição da obra resenhada, se o autor não desejar fazer críticas. Caso o autor deseje fazer críticas à obra lida

	esta pode vir por meio de informações e comentários críticos ou avaliações sobre a obra, além de argumentos que ressaltem as opiniões do autor. A argumentação pode ocorrer por meio de análises, declarações informativas e comparações intertextuais relacionadas à avaliação.
Conclusão	Para elaborar a conclusão de uma resenha, pode-se fazer uma retomada geral dos principais aspectos apontados, seguida de uma avaliação da obra resenhada. Outra estratégia possível é encerrar o texto com uma afirmação impactante, de modo que esta resuma a opinião do autor e influencie o leitor na tomada de decisão sobre conhecer ou não a obra analisada.

Fonte: Autoria própria, 2022.

A seguir é apresentada a estrutura da resenha, segundo as normas do evento.

Título - em letras maiúsculas, negrito e centralizado, deve ser claro e conciso, permitindo pronta identificação do conteúdo do trabalho. Caso o título se prolongue além de dois pontos esse deve ser sem caixa baixa e sem negrito (subtítulo). O espaçamento entre linhas será simples.

Autores - O número de autores deve ser o mínimo possível (máximo cinco), sendo considerados como tal apenas as pessoas que tiveram participação efetiva no trabalho, em condições de responder pelo mesmo integralmente ou em partes essenciais. Os nomes dos autores devem vir acompanhados de identificação: titulação e instituição pertencente e devem estar dois espaços abaixo do título, com recuo à direita, seguidos dos respectivos números-índice que irão identificar os autores na nota de rodapé.

Referência – A referência do texto resenhado deve seguir as normas da ABNT (2018).

Logo abaixo da referência deverá ser apresentada a resenha, elaborada conformes as normas aqui apresentadas. Veja um exemplo.

IV Congresso de Inovação e Pesquisa - CONIP 2022

RESENHA

MACHADO, Juliana Lacerda⁵
BRAGA, Isabela Marins⁶

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

Esta resenha refere-se ao livro “Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação” do autor José Dias Sobrinho. Afinal, qual é a finalidade da avaliação? O autor nos apresenta algumas questões, como esta, para refletirmos sobre o porquê avaliar? É importante lembrar que toda avaliação produz efeitos e que se refletem essencialmente no controle. Mas, no caso educacional, e aqui se tratando da educação superior, não se pode esquecer da relação da avaliação com a aprendizagem. Contudo a avaliação retrata os aspectos políticos voltados para um jogo de interesses, que buscam tornar as IES, cada vez mais competitivas, tendo em vista o grande negócio que se transformou a educação superior.

Importante citar uma passagem do livro, na qual House (1992, apud DIAS SOBRINHO, 2003, p. 93) ressalta que “[...] a avaliação é uma atividade que é afetada por forças políticas e que tem efeitos políticos.” E esses interesses atendem ao mercado, deixando então de ser uma política social. Como não atende à sociedade, em seu caráter pleno e democrático, a avaliação acaba tendo vários patrocinadores, pois cada um tem interesses diferentes com seus efeitos. No caso da educação superior, a avaliação atende às demandas de mercado, das grandes corporações. Mesmo tendo a avaliação, um interesse pedagógico, esse também pode traduzir-se em efeitos políticos, quando objetiva apenas melhorar os aspectos institucionais das IES. A avaliação deixa de lado o seu valor pedagógico, que deveria primar pela aprendizagem e construção da cidadania, para atender à demanda por eficiência e competitividade da econômica da educação.

Nesse aspecto, a avaliação serve para reelaborar políticas educacionais e rever certas regras de mercado. Esta é uma característica das avaliações do tipo objetivista-empirista, que tem predominado atualmente. Sua metodologia é extremamente quantitativista, desprezando aspectos qualitativos. Cursos, alunos e professores são “medidos” por força de números, e não por sua capacidade de construção do conhecimento e efetivo aprendizado. Nesse modelo de avaliação, não há interação entre avaliadores e, portanto, não há diálogo que respeite aspectos subjetivos da avaliação. O que o autor coloca como *assessment* é um recurso do mercado para reduzir a educação à valorização profissional.

A obra traz de maneira sucinta, mas não menos objetiva, os aspectos da avaliação, em outros países, como por exemplo, a Inglaterra, e questiona então qual seria a influência disso para as políticas educacionais no Brasil. Ora, a avaliação, tem sido colocada como a grande estratégia de políticas neoliberais, para controlar o mercado, em especial o grande mercado da educação. A partir do momento que valoriza demasiadamente carreiras técnicas, em detrimento de áreas, como a de humanidades, abre uma disputa desenfreada por uma fatia do mercado, nesse mais novo e bem sucedido investimento, que tem sido o ensino superior. Anísio Teixeira, na década de 60, já atentava para esse fenômeno, quando trata em uma de

⁵ Professora Dra. do curso de Direito da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

⁶ Professora Dra. do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

suas obras, sobre a grande dificuldade de encontrar naquela época, professores qualificados para as IES, uma vez que não se investia na área de Educação.

O modelo objetivista-empirista de avaliação no Brasil, que pode ser observado em exames como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), excluem os aspectos da aprendizagem, para apresentarem alguns números, sem levar em consideração também, os aspectos individuais, culturais e sociais dos alunos. É fundamental compreender o aspecto complexo da avaliação, pois há diferença entre avaliar uma faculdade e uma universidade, entre a IES pública e a privada, e é claro, há muitas diferenças entre seus alunos. Nesse sentido, seria necessário atentar para avaliações cujo enfoque fosse no indivíduo, ou seja, avaliação de natureza subjetivista. O autor cita um exemplo brasileiro de avaliação participativa ou subjetivista, que, mostrou ser possível construir uma avaliação com a efetiva participação de todos, como o caso do Paiub, criado em 1993. Foi considerada eficiência, pois respeitava aspectos qualitativos, como por exemplo a autoavaliação e era construído de forma democrática.

A avaliação, aplicada atualmente atende essencialmente aos preceitos neoliberais, e o que poderia ser um instrumento de emancipação, acaba sendo apenas mecanismo de controle. Portanto, maneira correta de avaliação é aquela conhecida como formativa, ou seja, que se preocupa com a relação do ensino e da aprendizagem e conseqüentemente com a formação do cidadão. Avaliações do tipo somativa, podem trazer sérios riscos aos indivíduos, pois tenta atribuir uma única nota ao aluno, traduzida em uma prova, não levando em consideração a situação, cultura, metodologias de ensino e o próprio ser humano.

O livro conclui que as políticas de avaliação, em especial da educação superior precisam ser repensadas profundamente, pois negligenciam a aprendizagem de alunos e também de professores. Mais do que ensinar técnicas de trabalho, a universidade deve contribuir socialmente para a formação do cidadão.

2.3 NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE RESUMO EXPANDIDO

O **resumo expandido** com **5 páginas** deverá conter: título (centralizado), autor(es) (máximo cinco), resumo, palavras-chave (máximo três), introdução, referencial teórico, metodologia, análise e discussão dos resultados, considerações finais e referências.

- Tamanho do papel: A4 (210 x 297 mm), com orientação retrato, margens superior, inferior, esquerda e direita de 25 mm
- Espaçamento simples entrelinhas.
- Não numerar as páginas.
- Não haverá notas de rodapé, com exceção para a identificação dos autores.
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12 no corpo do texto; para identificação dos autores, tamanho 10.
- Imagens (figuras e fotos): devem ser centralizadas e, preferencialmente, convertidas para o formato “jpg” antes de serem inseridas no texto do Word.
- Os gráficos devem ser inseridos no Word como figuras (copiar, colar especial, figura do Excel Objeto) e devem ser centralizados.
- Tabelas: devem ser digitadas no Word, de modo a ficarem independentes dos aplicativos-fonte (tais como Excel).
- Todas as imagens, gráficos, quadros e tabelas devem ser numerados, ter um título e fonte.
- O(s) nome(s) do(s) autor(es) deve(m) ser separado(s) do título por dois espaços simples.
- Os tópicos devem ser separados do final do texto anterior por um espaço.

A seguir é apresentada a estrutura do resumo expandido.

Título - em letras maiúsculas, negrito e centralizado, deve ser claro e conciso, permitindo pronta identificação do conteúdo do trabalho. Caso o título se prolongue além de dois pontos esse deve ser sem caixa baixa e sem negrito (subtítulo). O espaçamento entre linhas será simples.

Autores - O número de autores deve ser o mínimo possível (**máximo cinco**), sendo considerados como tal apenas as pessoas que tiveram participação efetiva no trabalho, em condições de responder pelo mesmo integralmente ou em partes essenciais. Os nomes dos autores devem vir acompanhados de identificação: titulação e instituição pertencente e devem estar dois espaços abaixo do título, com recuo à direita, seguidos dos respectivos números-índice que irão identificar os autores na nota de rodapé.

Resumo - o texto deve iniciar-se na mesma linha do item, ser claro, sucinto e, obrigatoriamente, explicar o(s) objetivo(s) pretendido(s), procurando justificar sua importância (sem incluir referências bibliográficas), os principais procedimentos adotados, os resultados mais expressivos e conclusões.

Palavras-chave - (três no máximo) escritas com a inicial maiúscula. Abaixo do resumo, deixar um espaço simples.

Introdução - devem ser evitadas divagações, utilizando-se de bibliografia apropriada para formular os problemas abordados e a justificativa da importância do assunto, deixando muito claro o(s) objetivo(s) do trabalho.

Referencial teórico - corresponde a uma análise dos trabalhos relevantes encontrados na pesquisa bibliográfica ou documental sobre o assunto. O segredo de uma boa revisão é o

planejamento.

Metodologia - É uma etapa de fundamental importância para a realização da pesquisa visando cumprir os objetivos propostos. Condição imprescindível para a descrição adequada dos métodos empregados. O verbo empregado nesta etapa será utilizado no passado, uma vez que o pesquisador vai relatar a tipo de pesquisa estudada. Principais elementos: abordagem, procedimentos de pesquisa, amostragem utilizada, técnicas realizadas para a coleta de dados, forma como se analisou os dados.

Análise e discussão dos resultados – etapa do trabalho que se realiza a análise e discussão dos resultados encontrados.

Análise de resultados: consiste na descrição dos dados coletados, com apresentação em quadros, gráficos, tabelas, outras ilustrações, transcrição de entrevistas, apresentação de teor de julgados e o que se fizer pertinente ao trabalho;

Discussão dos resultados: representa o tratamento dado ao resultado apresentado, com discussão/comparação com outros autores/resultados de outras pesquisas, realizando, assim, as conclusões pertinentes aos resultados da análise.

Considerações finais - deve basear-se exclusivamente nos resultados do trabalho. Evitar a repetição dos resultados em listagem subsequente, buscando, sim, confrontar o que se obteve com os objetivos inicialmente estabelecidos.

Referências - devem incluir apenas as mencionadas no texto e em tabelas, gráficos, fotos ou imagens, aparecendo em ordem alfabética. Evitar citações de resumos, trabalhos não publicados e comunicação pessoal. As referências seguem as normas da ABNT (2018).

A seguir é apresentado um modelo de resumo expandido.

IV Congresso de Inovação e Pesquisa - CONIP 2022

A CARREIRA E A REMUNERAÇÃO DOCENTE E A PERSPECTIVA PROFISSIONAL: Estudo de caso em Unaí-MG

MACHADO, Juliana Lacerda⁷
JESUS, Wellington Ferreira de⁸

RESUMO: A presente pesquisa objetivou identificar as perspectivas de estudantes do curso de Pedagogia com relação à atuação docente na educação básica. A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino superior privada, localizada no município de Unaí-MG. A geração dos dados ocorreu por meio do instrumento questionário. O método utilizado foi o estudo de caso. A análise de dados foi realizada com auxílio da análise de conteúdo. Os resultados apontam para a necessidade de criação e implantação de políticas públicas que valorizem a profissão docente.

Palavras-chave: Carreira docente. Profissionalização. Formação inicial de professores.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho⁹ constitui-se em uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório que discute os aspectos mais relevantes nas percepções de estudantes de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada na cidade de Unaí-MG. A questão fundamental é: Quais as percepções dos estudantes a respeito da perspectiva de atuação como professor na educação básica?

Objetivou-se com este trabalho identificar quais são as perspectivas de estudantes matriculados no último período do curso de Pedagogia a respeito da atuação docente na educação básica, levando em consideração fatores como as reformas educacionais e a precarização do trabalho docente e como estes aspectos têm impactado a profissão no que diz respeito à remuneração, reconhecimento social e desejo em segui-la. Nesse contexto de precarização da carreira e profissão docente Freire (1987, p.17) aponta que devemos lutar pela pedagogia “[...] que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.”

Devido a uma série de reformas educacionais de cunho neoliberal, a carreira docente tem sido marcada pela precarização, intensificação e baixos salários, má formação, carga horária de trabalho exaustiva, alto índice de violência nas escolas, poucos recursos tecnológicos envolvidos na profissão docente, aspectos que vêm contribuindo para que a mesma não seja objeto de desejo dos jovens brasileiros, o que acaba refletindo nas escolhas profissionais dos jovens (DEMO, 2014; GATTI, BARRETTO, 2009; MACHADO, 2014).

⁷ Professora Dra. do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

⁸ Professor Dr. da Secretaria de Educação do Distrito Federal – wellington.jesus@catolica.edu.br

⁹ Este resumo expandido representa uma versão do trabalho apresentado no IV Encontro Fineduca 2016.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CARREIRA E PROFISSONALIZAÇÃO DOCENTE

As transformações ocorridas no processo de globalização neoliberal econômica impactam as políticas públicas e provocam ajustes de ordem econômica e financeira nos países, logo medidas de contenção de despesas são impostas reduzindo os investimentos na área social com o propósito de racionalização e modernização dos serviços do Estado (AUGUSTO, 2004). A área educacional não está livre dessas reformas econômicas e políticas e nesse contexto a participação dos sujeitos no processo educacional acaba sendo parte do pressuposto da gestão escolar, mas as políticas públicas ainda permanecem centralizadas.

Participando dessa discussão Apple (2015) aponta que reformas educacionais têm sido implantadas em diversas nações como Estados Unidos, Inglaterra, Nova Zelândia e Escandinávia, sendo estas reformas inspiradas no liberalismo de mercado com ênfase no que o pesquisador denominou de “democracia magra”, esta se baseia no consumidor individual, ao invés de “democracia espessa” em que se observa a participação coletiva plena, além das propostas de regulamentação voltadas ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo da classe média gerencial, que ditam o poder de culturas de auditoria.

O autor supracitado ainda destaca que essas questões devem ser discutidas em relação ao Brasil, uma vez que ele não está imune ao poder de formas políticas-ideológicas neoliberais, o que acaba propiciando uma perda parcial da memória coletiva das lutas radicais e dos movimentos na educação, sendo que estas têm uma história extensa no Brasil.

Freire (1997) já ressaltava que os discursos neoliberais cheios de modernidade não são suficientes para acabar com as classes sociais, tampouco com os conflitos e as lutas entre elas. O que há é que a luta é uma categoria histórica e social, tem historicidade, ocorrem mudanças no tempo-espaço a tempo-espaço, não há negação na possibilidade de acordos entre as partes antagônicas. Dessa forma, os acertos e os acordos fazem parte da luta, como categoria histórica e não metafísica.

No Brasil, durante a década de 1990, diversas reformas educativas foram implementadas e estas transformaram profundamente a relação entre Estado e educação, atingindo significativamente a formação e a atuação dos profissionais da educação. Esta pesquisa aborda as mudanças suscitadas em decorrência da reestruturação econômica e da globalização capitalista e de suas consequências no campo educacional, mais especificamente nas perspectivas de atuação docente na educação básica por parte de licenciandos.

A crescente precarização do magistério em todos os níveis, acirrada nas últimas décadas, tem levantado questionamentos acerca da compreensão dos fenômenos que causam essa condição, especialmente do ponto de vista sociológico, como fruto dos projetos político-econômicos recentes e das reformas educacionais de cunho neoliberal que influenciam na construção de políticas educacionais que regem os cursos de licenciaturas. Os espaços profissionais deixam de ser dependentes das capacidades intrínsecas de seus profissionais e passam a ter ligação direta com a ordem econômica e social que define assim o que é valor nas relações de poder (FREIRE, 2002; GATTI, BARRETTO, 2009; MACHADO, 2014).

3 METODOLOGIA

O método utilizado foi o estudo de caso, por se tratar da investigação em profundidade de um grupo de indivíduos (YIN, 2001).

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório. Os participantes do estudo totalizam 20 estudantes do curso de Pedagogia matriculados no último período. A pesquisa foi realizada em uma IES privada, no município de Unaí- MG. No decorrer da análise, os participantes estão identificados pelo nome Estudante e um número de 1 a 20. Para a realização desta pesquisa optou-se pela construção de um questionário. O questionário como instrumento qualitativo foi fundamental para conhecer melhor os estudantes, traçando o perfil deles: 19 estudantes do sexo feminino, 12 com idade entre 20-25 anos, 12 de etnia parda, 17 com renda familiar entre 1 e 3 salários mínimo, 19 cursaram o ensino médio em escola pública. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Observa-se certa homogeneidade entre os 20 (vinte) sujeitos participantes da pesquisa, em relação a quase todos os itens abordados: gênero, idade, etnia, renda mensal familiar, conclusão do ensino médio em escola pública. Importante destacar que o perfil dos estudantes participantes da pesquisa realizada em Unaí, município localizado no estado de Minas Gerais, e dentro de uma instituição de ensino superior privada no curso de Pedagogia vai ao encontro do perfil traçado pelas pesquisadoras Gatti e Barretto (2009) dos estudantes dos cursos de licenciatura no Brasil.

Quanto às respostas à questão norteadora da pesquisa: *Quais as percepções dos estudantes a respeito da perspectiva de atuação como professor na educação básica?* não se verificou diversidade de opiniões, o que pode estar associado à própria homogeneidade do grupo.

Observa-se em alguns discursos dos participantes que a perspectiva em relação à atuação profissional está diretamente ligada ao desenvolvimento da carreira profissional, já que a aquisição de um curso superior lhes proporcionará a oportunidade de serem aprovados em um concurso público, o que na visão deles lhe trará estabilidade profissional e melhores salários, como pode ser observado:

Minhas expectativas são de otimismo, pois meu objetivo, o ideal que quero, é passar em um bom concurso, se possível (e é o que vou buscar) não pretendo atuar em sala de aula. Em geral, e deve-se ser realista, a profissão docente é econômica e socialmente desvalorizada e eu, não vejo muita perspectiva de melhorar, pois em nosso país, não existe a cultura de valorização da educação e isso vem desde a época do império (ESTUDANTE 4).

Prestar concurso público; acredito que a profissão docente está passando por um período de desvalorização, porém tenho boas expectativas que a valorização e salário vão melhorar (ESTUDANT 2).

Estudar para passar em um concurso assim conseguir um bom emprego (ESTUDANT 5).

O estudante que enxerga a formação acadêmica apenas como meio de colocação no mercado de trabalho, e por consequência a possibilidade de ascensão social e econômica pode acabar se decepcionando, ainda mais quando escolhe cursar uma licenciatura, como Pedagogia, já que esses cursos quase sempre não proporcionam acesso às profissões bem remuneradas. Arroyo (2011) afirma que para muitos jovens o acesso à educação representa uma forma de mediação para garantir o direito ao emprego, sendo este o elo aos direitos que lhes são negados, como direito à dignidade, à cidadania, à vida e a todos os direitos sociais que deverão propiciar a libertação da opressão racial e social dos coletivos.

Freire (1997, p. 32) destaca que “[...] um dos saberes indispensáveis à luta das

professoras e professores é o saber que devem forjar neles, que devemos forjar em nós próprios, da dignidade e da importância de nossa tarefa.” Sem essa ideologia os docentes já iniciam a carreira vencidos pelos salários e o desrespeito. Não se pode formar para a docência apenas por falta de outra oportunidade ou porque se usará essa formação para a aprovação em um concurso público. É necessário reconhecer a docência como fundamental para a sociedade, “indispensável à vida social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem enfrentado contradições tanto na formação quanto na contratação de professores da rede pública, tais como: pouca atratividade financeira para os alunos do ensino médio se tornarem professores, o salário inicial de um professor do setor público ainda é mais baixo que de outros profissionais em início de carreira, além é claro do baixo *status* socioeconômico que vem acompanhando a carreira docente.

Atualmente, os interessados em seguir a carreira docente pertencem à classe dos excluídos historicamente, devido a suas condições econômica, cultural e étnica, são na maioria mulheres, pardas e pertencentes a uma classe social desfavorecida econômica e culturalmente, fato constatado também na pesquisa realizada em Unaí-MG.

A inadequada e pouco atrativa situação de trabalho em MG, devido às reformas educacionais de cunho neoliberal tem levado ao desinteresse, por parte dos jovens estudantes, em seguir a carreira docente, logo faz-se necessária uma profunda reflexão sobre o significado do trabalho, o que pode levar a discussões e criação de políticas que impliquem em condições dignas de trabalho para a docência.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. **Linhas Críticas**, Brasília, n.46, p.606-644, set./dez. 2015.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AUGUSTO, M. H. O. G. **Trabalho docente e organização escolar na rede estadual de ensino em Minas Gerais**. 2004. 192f. (Dissertação Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luis Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

DEMO, P. **Panorama Ipea: os desafios dos professores na Educação Básica**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22324&catid=29&Itemid=8. Acesso em 18 jun. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1997.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de Sá. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

MACHADO, J. L. **A educação superior e as políticas de formação docente**: representações sociais por estudantes de licenciaturas. 2014. 232f. (Dissertação Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília. 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

2.4 NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHO COMPLETO

O **trabalho completo** de **10 a 20 páginas**, deverá constar: título (centralizado), autor(es) (seis no máximo), resumo, palavras-chave (máximo três), introdução, referencial teórico, metodologia, análise e discussão dos resultados, considerações finais e referências.

- Tamanho do papel: A4 (210 x 297 mm), com orientação retrato, margens superior, inferior, esquerda e direita de 25 mm.
- Espaçamento simples entrelinhas.
- Não numerar as páginas.
- Não haverá notas de rodapé, com exceção para a identificação dos autores.
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12 no corpo do texto; para identificação dos autores, tamanho 10.
- Imagens (figuras e fotos): devem ser centralizadas e, preferencialmente, convertidas para o formato “jpg” antes de serem inseridas no texto do Word.
- Os gráficos devem ser inseridos no Word como figuras (copiar, colar especial, figura do Excel Objeto) e devem ser centralizados.
- Tabelas: devem ser digitadas no Word, de modo a ficarem independentes dos aplicativos-fonte (tais como Excel).
 - Todas as imagens, gráficos, quadros e tabelas devem ser numerados, ter um título e fonte.
- O(s) nome(s) do(s) autor(es) deve(m) ser separado(s) do título por dois espaços simples.
- Os tópicos devem ser separados do final do texto anterior por um espaço.

A seguir é apresentada a estrutura do trabalho completo.

Título - em letras maiúsculas, negrito e centralizado, deve ser claro e conciso, permitindo pronta identificação do conteúdo do trabalho. Caso o título se prolongue além de dois pontos esse deve ser sem caixa baixa e sem negrito (subtítulo). O espaçamento entre linhas será simples.

Autores - O número de autores deve ser o mínimo possível (**máximo seis**), sendo considerados como tal apenas as pessoas que tiveram participação efetiva no trabalho, em condições de responder pelo mesmo integralmente ou em partes essenciais. Os nomes dos autores devem vir acompanhados de identificação: titulação e instituição pertencente e devem estar dois espaços abaixo do título, com recuo à direita, seguidos dos respectivos números-índice que irão identificar os autores na nota de rodapé.

Resumo - o texto deve iniciar-se na mesma linha do item, ser claro, sucinto e, obrigatoriamente, explicar o(s) objetivo(s) pretendido(s), procurando justificar sua importância (sem incluir referências bibliográficas), os principais procedimentos adotados, os resultados mais expressivos e conclusões.

Palavras-chave - (três no máximo) escritas com a inicial maiúscula. Abaixo do resumo, deixar um espaço simples.

Introdução - devem ser evitadas divagações, utilizando-se de bibliografia apropriada para formular os problemas abordados e a justificativa da importância do assunto, deixando muito claro o(s) objetivo(s) do trabalho.

Referencial teórico - corresponde a uma análise dos trabalhos relevantes encontrados na

pesquisa bibliográfica ou documental sobre o assunto. O segredo de uma boa revisão é o planejamento.

Metodologia - É uma etapa de fundamental importância para a realização da pesquisa visando cumprir os objetivos propostos. Condição imprescindível para a descrição adequada dos métodos empregados. O verbo empregado nesta etapa será utilizado no passado, uma vez que o pesquisador vai relatar a tipo de pesquisa estudada. Principais elementos: abordagem, procedimentos de pesquisa, amostragem utilizada, técnicas realizadas para a coleta de dados, forma como se analisaram os dados.

Análise e discussão dos resultados – etapa do trabalho que se realiza a análise e discussão dos resultados encontrados.

Análise de resultados: consiste na descrição dos dados coletados, com apresentação em quadros, gráficos, tabelas, outras ilustrações, transcrição de entrevistas, apresentação de teor de julgados e o que se fizer pertinente ao trabalho;

Discussão dos resultados: representa o tratamento dado ao resultado apresentado, com discussão/comparação com outros autores/resultados de outras pesquisas, realizando, assim, as conclusões pertinentes aos resultados da análise.

Considerações finais - deve basear-se exclusivamente nos resultados do trabalho. Evitar a repetição dos resultados em listagem subsequente, buscando, sim, confrontar o que se obteve com os objetivos inicialmente estabelecidos.

Referências - devem incluir apenas as mencionadas no texto e em tabelas, gráficos, fotos ou imagens, aparecendo em ordem alfabética. Evitar citações de resumos, trabalhos não publicados e comunicação pessoal. As referências seguem as normas da ABNT (2018).

A seguir é apresentado um modelo de trabalho completo.

IV Congresso de Inovação e Pesquisa - CONIP 2022

COMO CORRIGIR REDAÇÕES NO ENSINO FUNDAMENTAL II

ROCHA, Lorrany Martins da¹⁰
ROCHA, Meirielle Batista¹¹
COUTO, Natália Silva¹²
MACHADO, Juliana Lacerda¹³

RESUMO: A presente pesquisa objetivou identificar a metodologia utilizada por uma professora de redação atuante no ensino fundamental II para corrigir redações. A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino de educação básica privada, localizada no município de Unaí-Minas Gerais. A geração dos dados ocorreu por meio do instrumento questionário. O método utilizado foi o estudo de caso. A análise de dados foi realizada com auxílio da análise de conteúdo. Os resultados apontam que é imprescindível que o professor de redação domine a teoria textual e aplique-a em suas aulas, buscando levar os estudantes a produzirem bons textos, críticos, reflexivos e que ressaltem a função social deles de acordo com a tipologia e gênero textuais a que pertencem.

Palavras-chave: Redações. Metodologias. Ensino fundamental II.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório que buscou identificar metodologias utilizadas por uma professora de língua portuguesa para corrigir redações de estudantes do ensino fundamental II. A questão fundamental é: Qual a metodologia utilizada por uma professora de redação atuante no ensino fundamental II para corrigir redações? O objetivo geral foi identificar a metodologia utilizada por uma professora de língua portuguesa atuante no ensino fundamental II para corrigir redações. Os objetivos específicos foram conceituar texto e textualidade; descrever os aspectos de coesão e coerência textuais; descrever as condições para a produção de textos; analisar como se dá o processo de correção e revisão textuais.

A presente pesquisa justifica-se pelo fato de o Brasil enfrentar muitos problemas relacionados à escrita, algo fácil de comprovar ao analisar a colocação do Brasil em relação ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Segundo Bermúdez (2019) os resultados divulgados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam que o Brasil está entre os vinte piores, no ano de 2018, nas três áreas avaliadas pelo Pisa: matemática, ciências e leitura. Sem falar no número de estudantes brasileiros que tiraram zero na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no ano de 2019, que de acordo com Oliveira (2020) foram 143.736 estudantes. Assim, observa-se o quanto pesquisas a respeito de metodologias para o ensino e correção de redações na educação básica são importantes para o contexto da educação brasileira.

No contexto do presente trabalho, cabe destacar que texto e textualidade são

¹⁰ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

¹¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

¹² Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

¹³ Professora Dra. do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

definidos separadamente, porém, ambos estão relacionados, pois a textualidade contribui para que o texto seja compreendido como tal, e deve-se estabelecer uma ligação entre o emissor e o receptor. Contudo, é perceptível que a textualidade possui setes fatores, dentre esses, dois se destacam - coesão e coerência - e serão aprofundados no decorrer do artigo. De forma sintetizada, pode-se dizer que coesão e coerência são dois elementos essenciais no processo de escrita e elaboração textual. Sendo assim, devem estar sempre juntas e/ou ligadas, a fim de trazer sentido ao texto.

A produção de texto requer algumas condições que trazem consigo alguns pontos como o uso da norma culta e o conhecimento de mundo, para que a produção de um texto seja provida de boa escrita, daí a importância de se investigar as metodologias que vem sendo trabalhadas na educação básica por professores de redação. Por fim, discutir-se-ão estratégias para a correção e revisão textuais que são, de maneira geral, necessárias para que o professor, na correção de um texto esteja atento ao analisar os principais pontos que necessitam ser trabalhados com os estudantes, além de ressaltar os pontos positivos da escrita discente. Para que ocorra uma boa correção serão abordadas duas estratégias cognitivas e três tipos de correção, os quais o educador deve fazer uso para auxiliá-lo durante o processo de correção dos textos produzidos por seus alunos.

O texto está estruturado em três partes: a primeira parte trata da fundamentação teórica. Na segunda parte são apresentados, respectivamente, os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa e os resultados encontrados. Por fim, a terceira parte tece breves considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEXTO E TEXTUALIDADE

O texto é um conjunto harmonioso de palavras, que constituem frases, parágrafos, uma comunicação entre o emissor e o receptor. Como afirma Koch (2004, p. 7) “Um texto não é simplesmente uma sequência de frases isoladas, mas uma unidade linguística com propriedades estruturais específicas.”

A mensagem a ser transmitida deve ser decodificada pelo receptor, por meio de palavras escritas ou faladas, gestos, símbolos e/ou imagens. Pode-se dizer ainda que texto é tudo aquilo que está ao nosso redor e que possui sentido, ou seja, que pode ser interpretado pelo interlocutor.

Um dos elementos que o texto possui é a textualidade, compreendida por Val (2006) como um conjunto de características essenciais que fazem um texto ser compreendido como tal, e não como palavras e frases aglomeradas. Dessa forma, é perceptível diferenciar os gêneros textuais entre si como, por exemplo, poemas de poesias, contos de fábulas, resumos de resenhas, etc.

Ruiz (2001) em sua obra “Como se corrige redação na escola” enumera sete fatores de textualidade, são eles: a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade, a intertextualidade, a coesão e a coerência.

De forma sintetizada, a intencionalidade é a elaboração do discurso, já a aceitabilidade é a condição do texto. Enquanto, a situacionalidade está relacionada ao contexto e a informatividade com o que o leitor busca. Por outro lado, a intertextualidade refere-se à utilização de um texto que depende do conhecimento de outro. Esses são os fatores de níveis pragmáticos. Outro fator é a coesão, responsável pelo nível sintático. Por último, não menos importante, a coerência que está correlacionada ao nível semântico (VAL, 2006).

Os dois últimos fatores de textualidade citados anteriormente, coesão e coerência, serão explanados de forma mais aprofundada no tópico seguinte, pois quando se fala em

produção textual, percebe-se que esses dois fatores são de suma importância para que o estudante consiga dissertar de forma que seu texto fique adequado e que a mensagem a ser transmitida seja compreendida.

2.2 COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS

De acordo com Noslen (2018), coesão é a estrutura textual, que se dá através de mecanismos gramaticais e lexicais. Isto é, utiliza operadores linguísticos específicos, conectivos, conjunções, preposições, advérbios, pronomes e artigos para interligar uma ideia a outra, fazendo com que o texto seja claro, objetivo e harmônico, obtendo assim uma lógica quanto à escrita e evitando, a repetição de palavras.

Koch e Travaglia (2004) afirmam que a coerência é responsável pelo sentido lógico do texto, em que a mensagem transmitida deve ser interpretada e assim, acessível, relevante e de fácil entendimento para o leitor a fim de evitar contradição.

Os autores supracitados abordam que a coesão e a coerência são dois elementos que devem caminhar juntas, pois uma complementa a outra. Quando estão unidas resultam no desenvolvimento de um bom texto, no qual é possível interpretá-lo no ato da leitura. Com isso, nota-se que como são duas faces do mesmo fenômeno, não se deve separá-las, mesmo que o ponto de vista analítico diga o contrário.

Os gêneros textuais são exemplos de coesão e coerência, pois cada um possui uma base e à medida que o texto é desenvolvido surgem ideias lógicas, que vão trazer sentido ao texto. É válido mencionar como exemplo a redação do Enem, pois esta possui uma estrutura que deve ser seguida: introdução, desenvolvimento e conclusão, o que representa a estruturação do plano da coesão. Enquanto, as ideias/argumentos discorridas ao longo do texto, representam a coerência.

Por isso, é importante que os educadores dominem o conceito de coesão e coerência para elaborarem metodologias que contribuam positivamente, na avaliação e na forma de propor textos na sala de aula.

2.3 CONDIÇÕES PARA A PRODUÇÃO DE TEXTOS

Massucato e Mayrink (2015) afirmam que escrever não é uma tarefa simples, pois requer conhecimentos de mundo, leitura, esforço e tempo. Porém, existem vários aspectos que contribuem para a elaboração de textos, fazendo com que eles tenham sentido completo.

Para compreender esses aspectos, Marcuschi (2008) relaciona-os à questão exposta no texto, ao leitor dirigido, a finalidade proposta, ao gênero textual – conto, fábula, resumo, resenha, notícia, propaganda, carta, etc. -, ao meio que será conduzido – mural, panfletos, revistas, etc. – e, ao tom que o escrito apresentará, seja de forma irônica, engraçada, afetiva, formal ou informal. Contudo, pode-se dizer que essas dimensões são flexíveis, pois variam de acordo com as circunstâncias de produção.

É necessário que em sala de aula, os docentes abordem os aspectos citados anteriormente e, além disso, incentivem situações em que o discente obtenha ajuda e estude as idiossincrasias dos textos que vão dissertar; colaborarem para que os discentes saibam os aspectos ao se referir à feitura do texto; evidenciem que a revisão faz parte da produção textual, devendo está sempre em movimento; e proporcionem situações envolvendo leituras de diversos gêneros textuais, sendo que as crianças por meio das análises detalhadas dos textos lidos obtêm um bom repertório (MASSUCATO; MAYRINK, 2015).

Com base, no pensamento pedagógico, Ilari (1986) salienta três exigências que estão relacionadas à prática eficiente da redação: (1) a importância de ler obras escritas por excelentes autores; (2) o estudo prévio por parte dos discentes, envolvendo questões

recorrentes de redação; e (3) motivação ao discorrer. Percebe-se que para qualquer educador que possua interesse em dilemas de redações, ao constatar essas exigências, será possível avaliar o nível de escrita dos seus alunos e por fim, contribuir para que as redações estejam bem elaboradas.

2.4 O TEXTO E O PROCESSO DE CORREÇÃO E REVISÃO TEXTUAIS

Ruiz (2001) aborda que os conceitos de correção e de revisão são um aglomerado de estratégias textuais que possuem o objetivo de clarear as ideias dos alunos, ao indicar possíveis métodos que o motivará a melhorar seu texto. Evidenciando em duas etapas o processo de cada uma – correção e revisão – diante a produção textual dos discentes.

Correção é o processo pelo qual o educador, ao ler um texto produzido pelo aluno, faz anotações, reescrevendo o trecho que julgou incoerente visando chamar a atenção do discente para um possível problema de produção, reescrevendo o texto com algumas mudanças significativas. Sendo assim, para obter êxito em sua correção, o educador oferece dicas de como o aluno possa vir a melhorar a escrita, sem desmotivá-lo, pois elogiar a criatividade do educando o incentiva a continuar produzindo textos.

Koch (1997) apresenta três estratégias cognitivas para a correção textual, que se baseiam na efetivação do “cálculo mental” realizado pelos interlocutores. Estratégias de inferências, que utilizam as informações apresentadas no texto e ao levar em consideração o contexto, o ouvinte ou leitor, arquiteta novas representações mentais e/ou consolida uma relação entre fragmentos textuais, ou por meio de informações nítidas e subjacentes no texto.

A autora supracitada explica ainda as estratégias cognitivas, evidenciando a função de cada uma: estratégias sócio-interacionais, que objetivam manter e levar um bom conteúdo à interação verbal, tais como, as técnicas de conservação das expressões e/ou de apresentação positiva do *self*, que se pronunciam através de eufemismos, rodeios e variação de tópico, dentre outros; e estratégias textuais, que são aquelas associadas ao conhecimento linguístico, que entende o gramatical e o lexical. É esse o conhecimento incumbido pela estruturação do conteúdo linguístico na superfície textual, pela utilização coesiva que a língua propõe, para efetivar a reparação ou continuidade textual através da seleção lexical pertinente ao tema. Esta última estratégia possui quatro tipos, tais como, as de organização da informação, de formulação, de referenciação e de balanceamento.

Serafini (1989) destaca três tipos de correções de redação: correção indicativa, correção resolutiva – as mais utilizadas por professores – e correção classificatória. Conceição (2004) evidencia a função que cada uma exerce na correção de um texto. A correção indicativa limita-se em apontar palavras, frases e períodos inteiros que apontam erros ou incoerência, nas margens do próprio texto/redação; a correção resolutiva baseia-se apenas na opinião do professor que corrige todos os erros encontrados no texto reescrevendo palavras, frases e parágrafos inteiros; e a correção classificatória, fundamenta-se em classificar apenas os erros gramaticais encontrados no texto, respeitando os conceitos de uma boa correção, porém não aprofunda na verdadeira problemática do texto do aluno.

Ruiz (2001) adiciona outra correção que não fora estipulada por Serafini, a correção textual-interativa, que diz respeito a sugestões mais longas anotadas no final do texto do aluno, objetivando que o mesmo revise o texto baseando-se na correção feita pelo professor.

Revisão é o processo de reler e reescrever o próprio texto. Oliveira (2016) corrobora com a temática ao afirmar que a revisão fundamenta-se numa atividade de rever e retrabalhar um texto. Desse modo, a revisão também é abordada como processo recursivo, constituindo-se por outros dois subprocessos, a leitura e a editoração, capazes de interceptar o processo de escritura em qualquer parte, sendo comparada a um texto em progressão.

Ruiz (2001) afirma que irromper a tradição que transforma a escrita em uma

atividade escolar dissimulada, transmutando simples redações em textos, vem exigindo muito mais que disposição em decoro de ação pedagógica, processo esse que vem se tornando uma revolução. Tratando-se de um momento que se inicia na revisão do conceito de educação e passa pela revisão da concepção de linguagem.

Orlandi (2014) entende o processo de revisão como um exercício de reescrita, reconstrução, refacção, reelaboração textual, ou retextualização elaborado pelo educando com base na correção do texto feita pelo professor, que visa uma melhor legibilidade e coerência na escrita do aluno.

Conforme Spinilli e Correa (2016) a revisão poder ser realizada não somente na conclusão do texto, mas durante o processo de criação dele, como, por exemplo, no planejamento da escrita (pré-texto), quando o autor ainda não possui um objetivo formado passando a mudar seus pensamentos ao obter novas ideias; na textualização, quando há alterações logo no início do texto; e na edição, momento em que o texto sofre alterações quando já está quase concluído.

As autoras supracitadas ainda reafirmam o processo de reescrever o próprio texto, o que propicia ao educando a habilidade necessária para pensar e repensar suas ideias, deixando-o sujeito a uma produção de texto mais coesa expressando de forma clara e objetiva a mensagem que deseja passar para o leitor, e logo após revisá-lo graças ao que lhe foi ensinado pelo professor, este que visa engrandecer o intelecto do aluno, diante uma produção de texto bem estruturada.

Infere-se, portanto, que tanto a correção quanto a revisão são fundamentais para a desenvoltura mais aguçada do aluno na atividade de produção textual, pois elas revigoram o intelecto. A revisão é essencial para o processo de correção textual, pois colabora para que os erros encontrados na correção sejam corrigidos. Ocasionalmente um texto bem elaborado, coeso e com sentido. De certa forma, a escrita do educando se encontrará cada vez mais expansiva se a correção textual-interativa agir juntamente a revisão textual.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa apresenta abordagem qualitativa e tipo exploratório. O método utilizado foi o estudo de caso, por se tratar da investigação em profundidade de um indivíduo (YIN, 2001).

A pesquisa foi realizada em uma escola privada de educação básica localizada no município de Unaí-MG. A escola possui apenas uma turma de cada ano do ensino fundamental II, assim atua na escola como professora de produção de texto apenas uma professora, sendo ela a única participante da pesquisa. A professora tem entre 35-40 anos, possui graduação em Letras, atua como professora da educação básica há dezesseis anos. Para a realização da coleta de dados utilizou-se uma entrevista.

A entrevista como instrumento qualitativo foi fundamental para conhecer melhor a participante da pesquisa, bem como seu perfil, já descrito, e também para coletar os demais dados. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram realizados três questionamentos à professora participante da pesquisa: 1) O que você entende por texto? 2) Quais os tipos e gêneros textuais mais trabalhados por você com os estudantes do ensino fundamental II? 3) Qual a metodologia utilizada por você para a correção das redações dos estudantes do ensino fundamental II?

Os dados geraram três categorias, são elas: (4.1) Definição de texto; (4.2) Tipos e gêneros textuais trabalhados nas aulas de redação e (4.3) Metodologia usada para a correção

de redações dos estudantes do ensino fundamental II. Destaca-se que a análise e interpretação dos dados se apoiaram em procedimentos de ordem qualitativa. Na análise, procurou descrever de maneira fiel e íntegra as informações fornecidas pela participante da pesquisa, para, em seguida, iniciar o processo de interpretação, com o intuito de extrair sentido das falas oriundas das questões abertas do questionário. Sendo assim, descrição e análise são caminhos fundamentais para a interpretação.

É importante ressaltar que durante a interpretação dos dados, foi necessário retornar atentamente à fundamentação teórica relativa à investigação, pois ela ofereceu embasamento e perspectivas significativas para o estudo. E assim, foram realizadas todas as etapas da análise de conteúdo na pesquisa. Por fim, foram realizadas inferências interpretativas dos discursos dos participantes da pesquisa, como pode ser observado a seguir.

4.1 DEFINIÇÃO DE TEXTO

Esta categoria apresenta o conhecimento da professora participante da pesquisa a respeito do conceito de texto. Para a primeira pergunta: *O que você entende por texto?*, obteve-se a seguinte resposta:

Texto é um enunciado com sentido que pode ser desenvolvido por meio de diversas linguagens: verbal, não verbal, verbo-visual ou digital, pois ele, o texto, pode-se materializar de forma falada ou escrita. Seu principal objetivo é comunicar algo, dentro da tipologia e gênero textual em que foi produzido, por exemplo, a intenção de uma poesia é totalmente diferente da emissão de uma conta de energia. O texto comunica, seja pela forma, como nos textos literários, seja pelo conteúdo, como nos textos científicos. O texto tem função social (PROFESSORA).

A professora participante da pesquisa ao definir texto vai ao encontro do conceito de texto estabelecido por Kock (2004, p. 7) “Um texto não é simplesmente uma sequência de frases isoladas, mas uma unidade linguística com propriedades estruturais específicas”, e o amplia ao falar das diversas linguagens que podem ser utilizadas para a elaboração de texto, bem como a função, o papel social do texto dentro da sociedade letrada contemporânea. A professora ressaltou também a diferença entre textos literários e não literários e que o valor comunicativo do texto está no seu objetivo que está relacionado à tipologia e ao gênero os quais ele pertence.

4.2 TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS TRABALHADOS NAS AULAS DE REDAÇÃO

A presente categoria destaca os tipos e gêneros textuais mais utilizados pela professora participante da pesquisa com estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental I.

Em relação a segunda pergunta: *Quais os tipos e gêneros textuais mais trabalhados por você com os estudantes do ensino fundamental II?*, a resposta da professora foi:

Procuro trabalhar a maior diversidade de tipos e gêneros textuais possível com meus alunos. No sexto e sétimo anos do ensino fundamental II, trabalho as tipologias narrativa, descritivas e injuntivas de forma acentuada; já nos oitavo e nono anos trabalho os tipos expositivos e argumentativos de modo mais profundo. No sexto e sétimo anos são selecionados textos literários e diversos outros textos que circulam no dia a dia da sociedade, de modo que além da produção de texto se trabalhe com os estudantes leitura e interpretação, pois sem elas dificilmente escreveram bem. O mesmo trabalho também é desenvolvido no oitavo e nono anos, além de exercerem com maior frequência discussão, debates em torno de assuntos atuais e que requerem pensamento crítico por parte dos estudantes. Os estudantes são instigados a lerem muito, pois a leitura é peça fundamental para a escrita e interpretação de textos (PROFESSORA).

A professora destaca que procura trabalhar com seus alunos todos os tipos textuais e diversos gêneros textuais, o que representa um fator positivo em relação ao trabalho com a produção de texto. Quanto mais o estudante ter contato com diversos textos, mais ele reconhecerá as estruturas que precisam ser produzidas no dia a dia, pois a escrita está além dos muros da escola, faz-se uso dela o tempo todo em uma sociedade letrada e tecnológica como a contemporânea.

Outro ponto importante a se destacar no discurso da professora participante da pesquisa é que ela relaciona a produção de texto ao hábito da leitura, o que pode ser confirmado por Massucato e Mayrink (2015) quando os autores destacam que o ato da escrita não é tarefa simples, já que este requer conhecimento de mundo, esforço, tempo e leitura. Além do mais, como destaca Marcushi (2008), o conhecimento diversificado de tipos e gêneros textuais contribui muito para o processo de leitura, interpretação e produção de textos, já que cada gênero textual tem um objetivo de acordo com o leitor dirigido, ao meio que será conduzido e ao tom que o escrito apresenta.

4.3 METODOLOGIA USADA PARA A CORREÇÃO DE REDAÇÕES DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II

A última categoria apresenta e analisa a metodologia utilizada pela professora participante da pesquisa para a correção de produções de texto dos seus alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental I.

Por fim, apresenta-se a resposta à terceira pergunta: *Qual a metodologia utilizada por você para a correção das redações dos estudantes do ensino fundamental II?*

As aulas de produção de texto abordam a teoria do tipo e gênero a ser produzido, em seguida é apresentada e discutida uma proposta de redação para os alunos, eles a produzem e entregam para a correção, ao fazer a correção destaco os aspectos de coesão e coerência do texto, bem como pertinência ao gênero e tem propostos. As redações são devolvidas aos estudantes e de modo individual apresenta-se a correção a cada aluno ressaltando os pontos positivos de sua escrita e os aspectos que devem ser trabalhados, casos mais críticos em relação à escrita são indicados a frequentarem o reforço escolar ministrado pela professora. Os estudantes são orientados a fazer a revisão do texto com a professora, bem como sua reescritura até que o texto atinja um bom desenvolvimento e boa estrutura, em que os aspectos gramaticais sejam respeitados, bem como a coerência textual. Os estudantes constroem um portfólio com seus textos, e nele é possível perceber o avanço na escrita de cada aluno (PROFESSORA).

A professora deixa claro que ela possui uma sequência didática para que as aulas de redação aconteçam: apresentação do gênero e tema a ser produzido, além disso, há a discussão com os estudantes sobre a proposta de redação. Após a elaboração do texto pelos alunos a professora os corrige e os devolve a cada estudante, dialogando com eles a respeito dos erros cometidos e dos pontos positivos da produção. Os estudantes, então, são orientados a fazerem a revisão do texto e a reescrevê-los até que seja atingido o nível que se espera de uma boa redação.

Massucato; Mayrink (2015) destacam a importância da revisão textual ao afirmarem que ela faz parte da produção textual, devendo estar sempre em movimento, o que a professora demonstra realizar em sala de aula. Outro ponto importante no trabalho desenvolvido pela professora e que é destacado pelos autores é o fato de ela desenvolver um rico trabalho a respeito dos gêneros textuais com os estudantes e estudar com eles as idiossincrasias dos textos que vão dissertar, o que colabora para que os discentes saibam os aspectos ao se referir à feitura do texto.

Em relação à forma de correção a professora faz uso da indicativa (SERAFINI, 1989), já que ela aponta desvios relacionados à norma culta. Também faz uso da correção textual-interativa, como aponta Ruiz (2001), essa correção diz respeito a sugestões mais longas anotadas no final do texto do aluno, objetivando que o aluno revise o texto baseando-se na correção feita pelo professor. A professora deixou claro que faz questão da revisão das produções de texto dos estudantes e como ela atua em turmas com número reduzido de alunos, ela acabou desenvolvendo um trabalho individualizado e que pode gerar excelentes resultados, já que a produção de texto é cercada por um ato individual, o da escrita e ele requer uma atenção especial, pois cada aluno apresenta suas particularidades em relação à escrita.

A revisão exige releitura e reescrita do próprio texto, o que possibilita que a revisão fundamente-se numa atividade de rever e retrabalhar um texto (OLIVEIRA, 2016). Desse modo, a revisão também é abordada como processo recursivo, constituindo-se por outros dois subprocessos, a leitura e a editoração, capazes de interceptar o processo de escritura em qualquer parte, sendo comparada a um texto em progressão e do modo como a professora tem elaborado seu trabalho conseguirá alcançar bons resultados junto a seus alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil sempre enfrentou baixos índices de aproveitamento em relação à escrita, o que pode ser percebido em avaliações como as do Pisa, do Enem e ao altíssimo número de analfabetos existentes no país. Logo, é imprescindível que um excelente trabalho relacionado à leitura e escrita seja realizado nas escolas de todo o país, sejam elas públicas ou privadas.

Faz-se necessário que o professor trabalhe de forma minuciosa todas as etapas da produção de texto que se inicia com o estudo do gênero textual a ser produzido, passa pela leitura e discussão do tema a ser desenvolvido. Em seguida, tem-se a correção do professor e a forma como ele a conduzirá pode auxiliar os estudantes a entenderem os aspectos que estão consolidados em sua escrita, bem como os que devem ser ampliados e melhorados.

Conclui-se que a professora participante da pesquisa tem consciência de todas as etapas que constituem a produção de texto e que ela as executa durante sua prática pedagógica, auxiliando os alunos a lerem o mundo de forma crítica e reflexiva, para que produzam textos também críticos e reflexivos, o que é essencial em uma sociedade letrada e tecnológica como a contemporânea.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERMÚDEZ, Ana Carla. **Pisa**: Brasil fica entre piores, mas à frente da Argentina. Educação Uol. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/12/03/pisa-brasil-fica-entre-piores-mas-a-frente-da-argentina-veja-ranking.htm>. Acesso em: 18 mar. 2020.

CONCEIÇÃO, Rute Izabel Simões. **Correção de texto**: um desafio para o professor de português. ResearchGate. Campinas, SP. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262434557_Correcao_de_texto_um_desafio_para_o_professor_de_Portugues. Acesso em: 09 mar. 2020.

ILARI, Rodolfo. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. Cap. 4, p. 51-66.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCUSHI, Beth. **Condições de produção do texto**. Glossário Ceale. 2008. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/condicoes-de-producao-do-texto>. Acesso em: 07 mar. 2020.

MASSUCATO, Muriele; MAYRINK, Eduarda Diniz. **Refleta sobre as condições didáticas para a produção de texto junto com a equipe docente**. Nova Escola gestão. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1518/reflita-sobre-as-condicoes-didaticas-para-a-producao-de-texto-junto-com-a-equipe-docente>. Acesso em: 07 mar. 2020.

NOSLEN, Professor. **Coesão e coerência**. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/IIU6i3UXyi0>. Acesso em: 29 fev. 2020.

OLIVEIRA, Mayara. **Enem 2019 teve 143 mil participantes com nota zero na redação**. Metrôpoles. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/enem-2019-teve-143-mil-participantes-com-nota-zero-na-redacao>. Acesso em: 18 mar. 2020.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. **Revisão de textos: da prática à teoria**. Natal, RN. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/21448/3/Revis%C3%A3o%20de%20textos%20%28livro%20digital%29.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

ORLANDI, Juliane Mattei. **O processo de revisão de textos: alteração, sugestão ou paráfrase**. Pelotas. 2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/rrt/files/2017/10/O-processo-de-revis%C3%A3o-de-textos.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

RUIZ, Eliana Maria Severino Donaio. **Como se corrige redação na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

SERAFINI, Maria. **Como escrever textos**. São Paulo: Globo, 1989.

SPINILLO, Alina Galvão. CORREA, Jane. A revisão textual na perspectiva de professoras do ensino fundamental. **Educar em Revista**. Curitiba, PR. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n62/1984-0411-er-62-00107.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Cap. 1, p. 3-16.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE 1 – MODELO OFICIAL DE SLIDE CONIP 2022

A seguir é apresentado o modelo oficial de slide para o CONIP 2022. Este deverá ser usado nas apresentações do evento como forma de padronização das apresentações.



IV Congresso de Inovação e Pesquisa - CONIP 2022

Unai, Minas Gerais – Brasil

26, 27 e 28 de maio de 2022

TÍTULO DO TRABALHO

Nome dos integrantes do grupo e do(s) professor(es) orientador(es).

Unai-MG
2022



APRESENTAÇÃO

- Breve apresentação do trabalho.
- Ressaltar:
 - Problemática;
 - Objetivos;
 - Metodologia;
 - Justificativa; e,
 - Partes constituintes do trabalho.



REFERENCIAL TEÓRICO

- Abordar autores e pesquisa sobre o tema pesquisado.



METODOLOGIA ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

- Informações metodológicas a respeito da pesquisa;
- Análise e discussão dos resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Principais conclusões do(s) autor(s) a respeito da pesquisa realizada.
- Em seguida, apresentação das referências utilizadas no trabalho.